



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

RENOVAÇÃO URBANO-CULTURAL PORTO MARAVILHA: A MERCANTILIZAÇÃO DA CULTURA E DA MEMÓRIA COMO PROCESSO DE BRANQUEAMENTO DO TERRITÓRIO.

Autores:

AMANDA WANIS - UFF - awanis@gmail.com

Ana Carolina Machado - UFF - anamachado.carol@yahoo.com.br

Felipe Nin - UFRJ - felipe.nin@gmail.com

Yasmim Leite - UFF - yasmimleite@gmail.com

Resumo:

A Zona Portuária do Rio Olímpico sob o signo do Porto Maravilha instaura profundas transformações no território. Para tais transformações vem sendo desenvolvidas ações que estimulam a expulsão da população original da área, alinhadas à lógica da gestão empresarial da cidade, convertendo a região aos moldes da cidade-empresa-cultural. Nesse processo, vem sendo instalado um jogo de disputas identitárias e a configuração de um novo ethos da área portuária. Esse novo ethos busca ressignificar a história da região mobilizando elementos do “passado” e disputando a redefinição dos “lugares de memória” em um processo de “branqueamento do território”.

RENOVAÇÃO URBANO-CULTURAL PORTO MARAVILHA: A MERCANTILIZAÇÃO DA CULTURA E DA MEMÓRIA COMO PROCESSO DE BRANQUEAMENTO DO TERRITÓRIO.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as renovações urbano-culturais têm sido realizadas como processo de readequação das cidades ao modelo capitalista neoliberal. Tais transformações ganham impulso também na justificativa de adequação da cidade para realização de megaeventos esportivos. A Operação Urbana Porto Maravilha¹ está incluída nesse rol apresentando um *modus operandi* que traz a cultura como recurso legitimador. Contudo, essas transformações ganham contornos próprios quando implementadas na região portuária do Rio de Janeiro. Ao ter em seu escopo a espetacularização do espaço público, desencadeia disputas culturais e identitárias, tanto ao forjar a construção de uma cultura *word class* quanto ao tentar ressignificar a história daquele território.

Nessas disputas, observamos a mobilização de elementos de um suposto “passado” e a tentativa de definir novos “lugares de memória”, em um processo que entendemos como “branqueamento do território”² que acaba por manifestar um racismo institucional. Esse processo de branqueamento impacta na vida dos moradores da região em diversas dimensões, estes que são, em sua maioria, descendentes de negros escravizados desembarcados no Brasil no século XVIII. Estes são patrimônio vivo da cultura afro-brasileira além de produtores de uma cultura negra contemporânea, que apesar de ser de grande importância à formação histórico-cultural do país é desenvolvida frente a um processo histórico de luta por seu reconhecimento e valorização.

Cabe aqui ressaltar que a análise feita no presente artigo se baseia em estudos e referências que buscam priorizar a produção de autores negros, porém a maioria dos coautores não reflete a partir da vivência do corpo negro na cidade.

¹ O projeto anunciado em 2009 se configurou como uma Operação Urbana Consorciada, uma modalidade de Parceria Público-Privada (PPP) do qual fazem parte os bairros Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte do Centro, São Cristóvão e Cidade Nova. Para mais informações ver PINHO, 2015

² Termo proposto por Renato Emerson dos Santos (2009).

PORTO MARAVILHA: UM EMBLEMA DE RENOVAÇÃO URBANO-CULTURAL

A centralidade da cultura como recurso legitimador da operação urbana Porto Maravilha permite inscrevê-la como um caso emblemático de “renovação urbano-cultural”, intervenção que restabelece a fronteira de acumulação de poder e dinheiro (ARANTES, 2002), pautada na produção de imagens-síntese da cidade (SÁNCHEZ, 2010) e na captura dos aspectos simbólicos da cultura.

As intervenções de renovação urbana, centradas na espetacularização do espaço público por meio de Grandes Projetos Urbanos (GPU)³, provocam rupturas no espaço físico e social, transformando a dinâmica socioespacial, política e institucional (NOVAIS, 2012). O projeto Porto Maravilha vem desenvolvendo ações que estimulam a expulsão da população original alinhadas à lógica da gestão empresarial e tem convertido a região aos moldes da cidade-empresa-cultural. Esta é conformada por ambientes de consumo, cujo objetivo é a valorização máxima do capital simbólico. Neste movimento de reconversão urbana, o processo de atração de consumidores para a área renovada estaria alinhado com a identidade cultural ali forjada: ela mesma um vetor para o controle social. O dito processo promove e exacerba profundos conflitos sociais urbanos.

É na realização dos megaeventos esportivos no Rio de Janeiro que o modelo de intervenção urbana ganha impulso, modelo esse que concentrou grandes investimentos públicos na reconfiguração de parcelas específicas da cidade. O Porto Maravilha foi apresentado como fundamental para as transformações urbanas no Rio Olímpico que prometia “a transformação da zona portuária em um grande bairro residencial, de entretenimento e turismo, que renovará o elo entre o porto e o coração da cidade” (Dossiê de Candidatura, 2009 p. 22). Depois de muitas idas e vindas e informações desencontradas⁴, a área portuária só é inserida territorialmente no projeto olímpico no ano 2016, quando recebe o *Live Site*⁵. Isto não diminui, contudo, a importância discursiva do Porto Maravilha como símbolo do legado olímpico no Rio de Janeiro, vitrine urbana *world class*, conformando um hábil esquema de legitimação simultânea: o “legado” no porto ajuda a justificar a realização das Olimpíadas, que por sua vez justifica o projeto de renovação urbana na zona portuária, tal como foi concebido.

O discurso sobre a “reintegração da zona portuária à cidade após anos de desinvestimento e abandono” é legitimado a partir da fórmula de “modernização” urbana, baseada na economia de recursos públicos por meio do investimento privado. Os impactos dessa fórmula, dita virtuosa, se avultam para além do evidente fracasso financeiro da

³ Esses Grandes Projetos Urbanos são caracterizados, na primeira década do século XXI, por “operações urbanas, rodovias metropolitanas, projetos de reabilitação de equipamentos esportivos e projetos imobiliários, plantas industriais, grandes condomínios residenciais e outros investimentos públicos e privados com expressão territorial”. (OLIVEIRA, 2012, p.

⁴ A proposta do Dossiê de Candidatura concentrava todos os equipamentos olímpicos na Barra da Tijuca, após polêmica entre Prefeitura do Rio de Janeiro e o Comitê Olímpico Internacional, o projeto original foi mantido mas as obras prometidas para a zona portuária não foram realizadas. Para mais informações ver COSENTINO; MONTEIRO, 2017.

⁵ Local oficial das festas dos Jogos Rio 2016.

operação. A consolidação da ideia do “legado” foi estratégica e necessária nesse processo. Ao afirmar que “os Jogos Olímpicos devem servir à cidade”, o ex-prefeito Eduardo Paes conseguiu executar o projeto que, nas décadas anteriores, outros gestores não tiveram força política e econômica, nem a adesão social para efetivá-lo. No Rio de Janeiro, a força da ideia de legado se consolida para a legitimação do projeto dos interesses dominantes.

Ao longo dos anos a produção do espetáculo esportivo, portanto, tem convergido com a própria produção do espaço da cidade. Esse tipo de urbanismo está vinculado a uma concepção de cidade e de planejamento, fundamentada no pensamento neoliberal, que se consolida com o chamado planejamento estratégico, alavancado no período pós-olímpico de Barcelona 92. O Porto Maravilha, contudo, apresenta especificidades que combinam duas matrizes de renovação. A matriz de inspiração catalã que ressalta a criação de marcas, a partir de equipamentos culturais de grande escala, e impacta no imaginário da cidade, ao alavancar processos de renovação urbana *waterfront*. O modelo anglo-saxão, em paralelo, baseia-se nas ideias de economia e cidade criativa, ao mesmo tempo em que captura os aspectos simbólicos da cultura para reinvenção do próprio capitalismo, tomada como mercadoria. A essa apropriação soma-se a estratégia de atração da chamada classe criativa⁶ como mais um ativo de valorização econômica do território.

Assim, no Porto Maravilha, a utilização da cultura ganha nova proporção e a relação entre planejamento e cultura ultrapassa as questões de patrimônio cultural, inicialmente previstas no projeto⁷. Nesta renovação urbano-cultural a cultura se destaca como estratégia principal e a ênfase das políticas urbanas recai sobre as políticas culturais (VAZ, 2004). Essa imbricação motiva uma constante disputa sobre o entendimento de cultura pelos diversos atores culturais no território. Contudo, o entendimento hegemônico entre os atores dominantes é aquele construído em torno à justificativa de agregação de valor econômico ao próprio território⁸.

Nos processos de renovação urbano-cultural, o que também observamos no caso do Porto Maravilha, aos artistas e designers é atribuído um importante papel na produção simbólica daquele espaço (ZUKIN 1995). O *design* vem sendo usado como código implícito de inclusão e exclusão na construção dos espaços públicos. Nesses processos, observamos que os artistas atraídos para a região, os chamados “pioneiros” na resignificação da área, acabam por impulsionar o processo de “enobrecimento”. Desse modo, os agentes públicos e gestores privados estão mais preocupados na permanente construção da imagem da cidade enquanto pólo cultural do que em atender as demandas por apoio dos artistas e gestores culturais.

Como estratégia de atração de um novo público consumidor do espaço renovado, vem sendo construído um novo *ethos* onde impera o “cidadão carioca”, afirmado por meio de campanhas midiáticas veiculadas em diversos suportes. Expressões como “o ‘carioca’

⁶ Grupo de indivíduos da arquitetura, design, das artes, do entretenimento e outros, cuja função econômica é desenvolver novas ideias, novas tecnologias e/ou novos conteúdos criativos. (FLORIDA, 2011)

⁷ O projeto destinou 3% dos CEPACS à recuperação do patrimônio cultural.

⁸ Os padrões utilizados para a renovação urbano-cultural Porto Maravilha se configuram como uma espécie de refinamento do modelo visto na cidade de São Paulo, onde as leis de incentivo à cultura mobilizadas para a restauração do patrimônio cultural estavam a serviço da própria requalificação urbana, iniciando o processo de imbricação entre as políticas culturais e urbanas.

redescobre a região portuária” dissimulam, por meio de eufemismos, o significado circunstancial da palavra carioca, o qual remete aos moradores das regiões mais nobres da cidade, sobretudo a Zona Sul. Por fim, é mobilizado um conjunto de equipamentos culturais com investimentos em grande escala, alguns deles erigidos em edificações assinadas por arquitetos do *star system*⁹. Os equipamentos espetaculares passam a ser utilizados como imagens de marca da cidade, associados às representações de “globalizada”, “inovadora”, “estável” e “próspera”. Assim, passa a ser entrelaçada a experiência na cidade ao consumo dessas imagens. (SÁNCHEZ, 2001).

As estratégias utilizadas no contexto de uma renovação urbano-cultural evidenciam que as demandas que o capital impõe às cidades não se resumem à produção material da cidade, mas também à sua transformação simbólica. A “supersimplificação” das identidades urbanas em logomarcas opera mediante seleções, inclusões e omissões que obscurecem características concretas do processo de produção do espaço e excluem os atores que participaram de sua formação (SÁNCHEZ, 2001).

CENAS E CENÁRIOS: DOS EDIFÍCIOS-ÂNCORA À MERCANTILIZAÇÃO DA CULTURA E DA MEMÓRIA

O espaço toma forma ao se apresentar e representar. “Pelo espaço” (Massey, 2015) são produzidos discursos e imagens da operação urbana. É por meio das instalações, equipamentos, edifícios-âncora e novos *loci* “públicos”, enquanto linguagens e dispositivos que configuram cenas e cenários urbanos, que a coalizão de poder busca legitimar tal operação, assim como transformar uma área considerada “zona periférica do centro” em um *waterfront* modernizado, semelhante aos de Barcelona, Buenos Aires e San Francisco. Vem sendo instalado um jogo de disputas identitárias no presente que ressignifica a história, mobiliza elementos constituintes de um suposto “passado” e define seus novos “lugares de memória”, (NORA, 1993). No caso do Porto Maravilha, trata-se daqueles lugares “luminosos” (Santos, 1999), cujas imagens são mobilizadas pelos governantes e parceiros privados da operação, movidos pela “mosca azul da monumentalidade espetacular” (ARANTES, 2000, p.45).

Junto a este processo, e como parte constituinte do mesmo, vem sendo moldado um novo *ethos* da área portuária, um conjunto de valores que estimula formas de ser e estar na cidade, projetando códigos espaciais sobre a vida social, o que traz, de modo subjacente, a ideia de transformação profunda, com a substituição da população pobre/negra pela população de classe média/branca. Poderíamos arriscar, com Renato Emerson dos Santos

⁹ O Museu do Amanhã, projetado Santiago Calatrava, e o AQWA Corporate, como design de Norman Foster, apresentam características que promovem seu enaltecimento. Assim, na perspectiva de espetacularização da arquitetura com contratações milionárias das grifes de arquitetos-estrela, o GPU concentra no porto esforços para criar um novo cenário “digno” de uma cidade global.

(2009, 2017), que está em curso um “projeto de branqueamento cultural do território”, com uma pluralidade de dimensões urbanísticas.

Nesta direção, muitos dos mais profundos traços e repertórios de memória coletiva foram dispensados e substituídos no projeto em curso, por uma aparente transparência simplificadora e pasteurizada, para o consumo seletivo. Junto ao projeto de renovação urbana foram criadas imagens de marca ao gosto de uma *world class* internacional, empresários, turistas, visitantes e setores solventes de classe média, aos quais é sugerido seguir o caminho seguro de “volta ao Centro” (Bidou-Zachariasen, 2006) e consumir os novos espaços.

Efetivamente, a cultura é um poderoso instrumento de ressignificação simbólica. Espaços emblemáticos – como a Praça Mauá, a Pedra do Sal ou o Cais do Valongo, são hoje transformados em cenários urbanos a serem consumidos. Como parte das “disputas de lugar”, estão também em curso as lutas simbólicas pela atribuição de significados a pontos ou recortes espaciais que passam, assim, a ser portadores de valores constitutivos de repertórios identitários. Nesta ressignificação, a Praça Mauá, por exemplo, passa a ser chamada “Parada dos Museus” no circuito do VLT, inaugurado no ano olímpico de 2016. Com a finalidade de destacar o “novo” e apagar o “velho”, opera-se com uma reconversão simbólica que, ao mesmo tempo, anula a história social e a carga simbólica da velha Praça Mauá e inaugura uma economia simbólica nova, que joga os holofotes para os dois equipamentos mais espetaculares da Praça, que, agora, passam a lhe dar o nome: “dos Museus”.



Figura 1: Proposta do Museu de Arte do Rio com teleférico para o Morro da Conceição. Fonte: Jornal O Globo, maio de 2010.

Estes dois equipamentos, MAR – Museu de Arte do Rio – e Museu do Amanhã, foram tratados, de fato, como as grandes âncoras no processo de instalação e afirmação urbano-cultural desta operação. O Museu de Arte do Rio, MAR, foi inaugurado em 2010, com grande projeção nos meios de comunicação. Tratava-se do primeiro grande museu na nova área portuária, que carregava consigo, de modo eloquente, a mensagem de que, desta vez, o projeto de transformação urbana era para valer.

Vale destacar que, nos tempos em que o MAR era intenção e projeto, seu papel cenográfico foi exponencialmente explorado: na cobertura do museu seria instalado um teleférico para permitir o acesso direto ao Morro da Conceição, também projetado enquanto morro turistificado, eufemismo para as verdadeiras intenções, que passavam, então, pela gentrificação, branqueamento e remoção de famílias de baixa renda para longe dos olhos da *word class* que passaria a frequentar a região. Na Providência, embora mais de uma centena de casas tenha sido removida na primeira fase da operação, houve muita resistência popular, que evitou que as 832 casas “marcadas para morrer” fossem, de fato, removidas. No sentido urbanístico, o Museu também representava o chamariz, a âncora para

dar confiança às empresas, incorporadoras e investidores, inaugurado com seis anos de antecedência às Olimpíadas. Estava ali o emblema que, supostamente, permitiria, pela via da animação cultural, espalhar os efeitos multiplicadores da operação urbana.

O Museu do Amanhã, segundo grande equipamento museográfico instalado na Praça, foi inaugurado em dezembro de 2015, faltando poucos meses para os Jogos Olímpicos e, desde então, foi constituído como novo destino dos circuitos de turismo no Rio de Janeiro, além de ícone urbano, com visitas escolares programadas e intensa publicidade da Rede Globo. Nos diversos suportes das mídias sociais, passando pela grande mídia empresarial, o Museu do Amanhã pode ser identificado como *loci par excellence* das selfies que cidadãos e turistas fazem ao visitar a “nova” área portuária. No que se refere à sua proposta expositiva bem como ao conceito desenvolvido pela sua curadoria e conteudistas, emerge a indagação: como é possível um museu que busca trazer a discussão sobre o “Amanhã” ter sido tão negligente com o seu “Ontem”? As “pedras pisadas do cais” (Aldir Blanc, João Bosco) do sombrio passado escravagista, a herança africana da memória negra está ausente do material expositivo. Um museu, definitivamente, *word class*.

Para além do valor simbólico destas grandes instalações culturais no âmbito do projeto de cidade “maravilhosa e olímpica” frente aos demais equipamentos de cultura da região, cabe mencionar que, em termos de investimento e das efetivas condições de funcionamento dos mesmos e até mesmo em termos de sobrevivência, as instituições “negras” são visivelmente desfavorecidas. Enquanto o Museu de Arte do Rio recebeu 79,5 milhões para restauração e cerca de 51 milhões para a gestão da instituição(2013-2016) e o Museu do Amanhã recebeu cerca de 400 milhões para projeto, estudos preliminares e obras e cerca de 31 milhões para gestão (2015-2016) em investimentos públicos e incentivos¹⁰, o Centro de Memória Instituto dos Pretos Novos¹¹ recebeu R\$205 mil¹² durante os primeiros oito anos de operação. O centro Cultural José Bonifácio¹³, centro de referência da cultura negra, recebeu cerca de R\$3 milhões para sua restauração. O Cais do Valongo recebeu cerca de R\$300 mil reais para sua restauração sem qualquer ação posterior que estimulasse a vivência do local, se comparado aos movimentos de ocupação do então Boulevard Olímpico. Em contraposição o edital Pró-APAC SAGAS, com orçamento de R\$4 milhões, contemplou restauração de casarios vinculadas à chamada Classe Criativa.

No *continuum* de intervenções culturais que ressignificam a área, o Boulevard Olímpico¹⁴, inaugurado em 2016, é uma área de destaque do GPU em sua dimensão simbólica, pois ali se concentram grandes equipamentos culturais, instalações provisórias, circuitos, festivais em agendas renovadas, contudo, sensíveis às conjunturas extremamente

¹⁰ Uma auditoria encomendada pela própria prefeitura da cidade apontou que houve realocação de 112 milhões de reais inicialmente destinados a obras de saneamento da comunidade do entorno. Outro estudo realizado pela UNIRIO/UFRJ (PINTO, NASRA e SANTOS 2016) aponta que houve repasse direto, via contrato, através de dispensa ou inexigibilidade de licitação, entre as secretarias de educação e urbanismo e a Fundação Roberto Marinho para obras de ambos os museus.

¹¹ Ameaçou fechar por falta de condições de manutenção em 2017.

¹² Relatório de Gestão CDURP 1º Semestre 2017.

¹³ Após sua reabertura em 2016, além de perder todo o mobiliário histórico, não possui orçamento próprio para gestão das atividades, teve sua biblioteca com mais de 750 títulos sobre a cultura afro-brasileira desarticulada, sem que fosse indicado onde estariam os exemplares.

¹⁴ A orla, com 3,5 km de extensão, tem início no Museu Histórico Nacional, região central da cidade, estendendo-se até o Armazém 8, na área portuária.

cambiantes. Esta é, portanto, uma área “luminosa”, (SANTOS, 2006): “(...) territórios que acumulam densidades técnicas e informacionais e, portanto, se tornam mais aptos a atrair atividades econômicas, capitais, tecnologia e organização”.

A combinação complexa de “sujeitos, objetos e ações” (op. cit.) no contexto do projeto Porto Maravilha opera, de fato, com “iscas” espetaculares (ARANTES, 2000) e de animação turístico-cultural, eloquentes para exemplificar esta matriz de renovação urbana. A construção do Boulevard Olímpico como mais uma marca da renovação urbana foi alavancada por um poderoso aparato de reconstrução simbólica do espaço, no qual o Grupo Globo, principal veículo de comunicação do país, assim como agenciador dos Museus/projetos âncora, opera dentre as principais forças catalisadoras na “iluminação” metafórica da região, promotor de uma agenda intensificada de ações culturais (WANIS, SÁNCHEZ, 2018).

O que vem se intensificando, sobretudo desde o início da operação urbana em 2009, é uma disputa simbólica pelas representações (BOURDIEU, 1989) sobre o território, na qual patrimônios materiais (arquitetônicos, urbanísticos) e imateriais (práticas culturais, a memória histórica) são mobilizados como signos de identidade. Tais disputas constituem o que Pierre Nora chama de “lugares de memória”. Segundo Nora (1993, p. 9), a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”. A memória é sempre uma construção, fruto de disputas pelo social. Os lugares de memória são então aqueles sobre os quais são atribuídas significações, “auras simbólicas”.

Pode-se sustentar, mediante a discussão acerca dos edifícios âncora que são parte do espetáculo da renovação urbana, assim como pelos espaços públicos de valor cenográfico que vêm sendo produzidos, que a área portuária é um lugar que, no momento pós-olímpico, está bem definida pelo conflito: “um conflito sobre o que foi seu passado (a natureza de sua ‘herança’), sobre o que deveria ser seu desenvolvimento presente, sobre o que poderá ser seu futuro” (MASSEY, 2000, p. 185). Um lugar com “diversas percepções que, disputadas no presente, se entrecruzam e multiplicam” (SANTOS, 2017).

BRANQUEAMENTO HISTÓRICO DO TERRITÓRIO

Para compreender, em sua complexidade, as disputas estabelecidas na região enquanto “lugar de memória” no sentido de Pierre Nora (1993), é preciso também reconhecer aquilo que foi destruído, os lugares que foram apagados, aquilo que não poderia permanecer¹⁵. Esta análise ultrapassa as obras realizadas pelo Porto Maravilha, e resgatam também intervenções urbanas que marcam a história desta região desde o final século XVIII. Tais intervenções se inserem como eventos urbanos de “branqueamento do Território” (SANTOS, 2002), que não só marcaram a transformação da região ao longo dos dois últimos

¹⁵ SIMAS, L. Antonio. In. TEIXEIRA, C. Alexandre. Roda Dos Saberes; Associação Cultural Ilê Mestre Benedito de Angola, 2015.

séculos, mas também evidenciam o racismo institucional que transformou a cidade e, mais especificamente, a “Pequena África”.

A região é marcada por abrigar um dos maiores mercados de negros escravizados das Américas. Um comércio que vigorou na cidade por mais de três séculos e que se instalou nesta área no final do século XVIII após ser transferido da rua da Alfândega, por ordem do então Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil, Marquês do Lavradio.

“Havia... nesta cidade, o terrível costume de tão logo os negros desembarcaram no porto vindos da costa africana, entrar na cidade através das principais vias públicas, não apenas carregados de inúmeras doenças, mas nus (...) e fazem tudo que a natureza sugeria no meio da rua.” (Apud PEREIRA 2007, p.72)

“Minha decisão foi a de quando os escravos fossem desembarcados na alfândega, deveriam ser enviados de botes ao lugar chamado Valongo, que fica em um subúrbio da cidade, separado de todo o contato, e que muitas lojas e armazéns deveriam ser utilizados para alojá-los.” (Idem)

No final do século XVIII, ocorre a primeira medida efetiva de “branqueamento” na área central da cidade. A intenção do Marquês do Lavradio era poupar os olhos nobres e estrangeiros do show de horrores do qual se tratava o comércio dos negros e negras escravizados. O comércio agora funcionaria numa área afastada, encoberta pelos morros do Valongo e do Livramento. Após essa mudança, o comércio de escravizados passou a ser formado pelo Cais do Valongo, por onde desembarcaram mais de um milhão de pessoas; a Rua do Valongo, hoje Rua Camerino, onde ficavam expostos em lojas e armazéns, junto a instrumentos de tortura, correntes e outros ornamentos utilizados na prática da escravidão; o Cemitério dos Pretos Novos, onde eram depositados aqueles que morriam durante a travessia ou mesmo nos armazéns; a Igreja de Santa Rita, que era responsável pela administração deste cemitério; e o Lazareto, onde era praticado um período de quarentena que servia para o tratamento dos que chegavam mais adoentados.

Ao longo do século XIX, com o avanço da luta abolicionista no Brasil, que contou com forte pressão internacional, algumas medidas foram tomadas no sentido de esconder a escravidão, que passou a ser malvista. Em 1831, foi publicada a primeira lei que proibia o comércio de escravizados, simbolicamente conhecida como lei “para inglês ver”, expressão popular presente até hoje que expõe o real objetivo de camuflar uma atividade que seguiria acontecendo normalmente. Neste mesmo ano é fechado o Cemitério dos Pretos Novos¹⁶.

Com o tráfico de escravizados proibido, outros pontos ao longo da costa fluminense serviram de ancoradouro para os navios negreiros, numa tentativa de driblar as pressões abolicionistas e externas pelo fim da prática da comercialização de negros. O então Cais do Valongo, datado de 1811, símbolo da consolidação do mercado de escravizados naquela área

¹⁶ O Cemitério, segundo estimativas, teve mais de 30.000 corpos depositados sob os “cuidados” da paróquia de Santa Rita.

se tornava obsoleto, precisava ser ressignificado. Então em 1843, o antigo cais é escolhido para recepcionar a Imperatriz Leopoldina, que chegava ao Rio para se casar com Dom Pedro I. Assim, a memória do passado de escravidão é enterrada sob 60 centímetros de aterro para dar lugar ao Cais da Imperatriz, o qual foi reformado e embelezado. As pedras não polidas, que recebiam os pés descalços e calejados, foram cobertas por pedras talhadas, tratadas para receber os pés da monarquia portuguesa. Considerando o contexto de mudanças no comércio escravagista, esta reforma denota um claro exemplo de “branqueamento do território”.

Em 1850, são publicadas duas leis que serão importantes para a dimensão territorial da cidade com relação ao futuro na população afrodescendente no Brasil. A Lei Eusébio de Queirós, que irá tornar o comércio de escravizados definitivamente ilegal; e a Lei de Terras, que irá estabelecer o Estado Imperial como real proprietário do solo e a de compra de terras como único mecanismo para acessá-la. Esta lei prepara a sociedade para a abolição da escravidão, garantindo que a grande maioria dos negros libertos seguiria marginalizada do acesso à terra e, portanto, de condições dignas de vida.

Ao longo da segunda metade do século XIX outras leis foram criadas para garantir o controle e marginalização da população negra, até que em 1888 é oficializado o fim da escravidão no Brasil, com a assinatura da Lei Áurea. Na prática, vários estados do país já haviam feito a abolição, de forma que muitos negros, inclusive na capital, já vendiam sua força de trabalho. A narrativa é uma ferramenta poderosa no projeto de branqueamento, uma vez que a história é contada por sujeitos hegemônicos. Nesse caso, a princesa Isabel é normalmente apresentada como uma pessoa generosa e defensora da justiça, invisibilizando, sob essa ótica, os movimentos abolicionistas, as revoltas quilombolas e o medo do haitianismo por parte das elites. Ferramenta que será largamente disseminada até os dias atuais, por meio da educação escolar, da mídia, e outros meios, que pretendem retirar o protagonismo dos negros e minorias em suas lutas ao longo da história.

Com o fim da escravidão, a população negra, agora livre, não foi inserida nessa nova cidade moderna e industrial que se pretendia construir. Pelo contrário. Uma série de intervenções urbanas ocorreram nesta região com objetivo de apagar as marcas da presença negra nesse lugar. Neste contexto surge a Lei da Vadiagem, que marca a perseguição aos negros e indígenas através da criminalização de tudo aquilo que fosse referência aos traços de suas culturas. Atividades como a capoeira, o samba, o candomblé, as casas de zungu são criminalizadas e perseguidas nesse período. Contudo, tais expressões culturais se afirmam como resistência da cultura negra e delas alguns atores culturais ganharam notoriedade na cultura brasileira, como João da Baiana, e a primeira agremiação vinculada a festejos carnavalescos como a Sociedade Carnavalesca, Familiar, Dançante, Beneficente e Recreativa Tira o Dedo do Pudim (IPHAN, 2016). Nesse caso, vale ressaltar que a prática do “branqueamento do território” se dá, não só através de intervenções no território, mas também mediante repressão a expressões culturais, ora oprimindo, ora se apropriando e ressignificando a cultura.

A Pequena África como mais tarde Heitor dos Prazeres¹⁷ nomearia aquela região, afirmou-se como berço histórico da cultura afro-brasileira, atraindo inclusive negros libertos

¹⁷ Escritor e sambista (1898 – 1966)

de outros estados do país. Ao longo do século XIX, antigas chácaras da região são desmembradas em lotes urbanos proletários, como solução de moradia encontrada pela população negra e miscigenada, onde surgem os chamados cortiços. Tal processo marca a ocupação subalternizada nessa nova cidade que está crescendo. Entre o final do século XIX e início do século XX, são realizadas intervenções urbanas, que também devem ser compreendidas, neste contexto de perseguição aos negros, como medidas de “branqueamento do território”. A remoção do cortiço conhecido como Cabeça de Porco¹⁸, realizada pelo prefeito Barata Ribeiro em 1893, é um exemplo e levou centenas de pessoas a ocupar para o Morro da Favela¹⁹, atualmente conhecido como Morro da Providência. Nesse contexto, mais uma vez a população negra é negligenciada pelos Estado e solucionava por si a questão da moradia.

Mas foi nos primeiros anos do século XX que a região recebeu as intervenções mais severas. Na gestão do prefeito Pereira Passos a cidade passou por uma intensa reforma urbana que visava adequá-la à modernidade, trazendo símbolos estéticos de Paris. Na região portuária foi feito um enorme aterro, que redesenhou o limite com o mar, abrindo espaço para armazéns. Na encosta do Morro da Conceição, até então conhecido como Morro do Valongo, foi feita uma obra de contenção de encosta na face voltada para a antiga rua do Valongo, que além de ser alargada, contou com a construção do Jardim do Valongo e uma casa de guarda, passando a se chamar rua Camerino. Esta reconfiguração urbana da região portuária produzida neste período se apresenta como um evento urbano de “branqueamento do território” dos mais significativos, pois teve o objetivo ressignificar a antiga rua do Valongo e apagar de uma vez o Cais do Valongo.

Na gestão de Pereira Passos também se intensificou a política do “bota abaixo” que removeu inúmeros cortiços nas imediações da Avenida Central, atual Avenida Rio Branco. Esta medida contou com o respaldo do médico sanitário Oswaldo Cruz, que estabeleceu a obrigatoriedade da vacina contra febre amarela, inclusive com uso da força policial²⁰. Além disso, nesse período, o Estado Brasileiro empreendeu uma forte política de imigração de europeus²¹, que chegaram ao Brasil para assumir os postos de trabalho. O objetivo era apagar, com o tempo, todas as marcas fenotípicas da população negra, substituída através da miscigenação com os imigrantes europeus, em uma cultura branca, cristã e ocidental.

Ao longo do século XX o porto do Rio de Janeiro se afirmou como uma das principais portas de entrada e saída de mercadorias do comércio brasileiro. Os estivadores²², categoria

¹⁸ Localizado próximo a Estação Central, o cortiço que abrigava mais de duas mil pessoas, foi demolido sob o pretexto de abertura do túnel João Ricardo,

¹⁹ O Morro da Favela já servia de abrigo para os ex-combatentes da guerra de Canudos, a maioria negros, que haviam recebido a promessa de ganhar um pedaço de terra quando retornassem da batalha. Com o fim da guerra e a promessa não atendida, ocuparam o morro que ficava imediatamente no entorno do Comando do Exército.

²⁰ O discurso sanitário foi utilizado para justificar a remoção de moradias populares consideradas insalubres na região central, como o Morro do Castelo, sofrendo forte resistência da população, resultando na Revolta da Vacina que teve no bairro da Saúde uma de suas mais resistentes barricadas.

²¹ Migrantes impelidos pela crise econômica e pelos efeitos da I Guerra Mundial.

²² Além do trabalho diário, possuem a sede do sindicato mais antigo do Brasil e são parte significativa da população local.

de trabalhadores que atua diretamente na atividade portuária, são muito presentes na região. Porém, com o passar dos anos a atividade portuária se transformou e muitos galpões e armazéns ficaram vazios e obsoletos, dando lugar a uma atividade mais moderna e mecanizada. A zona portuária, com seus trabalhadores e moradores, foi sendo abandonada e segregada da parte mais nobre do centro, processo reforçado por projetos urbanos, como a construção da Avenida Presidente Vargas e o Elevado da Perimetral.

Respaldo pelo discurso da obsolescência, o Porto Maravilha aparece como um projeto de revitalização da área, que pretende dar vida ao que estava morto. Na área do projeto cerca de 70% das terras são públicas, em grande parte ociosas, que deveriam cumprir sua função social ao serem destinadas, prioritariamente, à habitação de interesse social. A prefeitura, através do projeto Porto Maravilha, no entanto, propõe justamente o contrário. Além de não permitir que essas áreas ociosas cumpram sua função social, tem expulsado moradores pobres da região através de despejos violentos, remoções forçadas e do aumento do preço dos imóveis e aluguéis, gerando um processo de gentrificação do entorno das áreas de intervenção. Desde 2009 ocupações de edifícios que estavam abandonados foram despejadas e um processo de remoção na favela da Providência atingiu mais de uma centena de famílias.

Ainda que o projeto incorpore algumas manifestações culturais locais, como blocos de carnaval, o reconhecimento do berço do samba e manifestações religiosas afro-brasileiras, observamos uma narrativa de invisibilização da existência negra na região. O apoio a esses grupos, quando acontecem, são descolados de seus produtores originais e de suas heranças históricas, e visam na maioria das vezes legitimar o projeto no território, através da promoção da imagem de alguns desses lugares, grupos e eventos, que acabam servindo a mercantilização e espetacularização da cultura negra. Na produção desigual dos espaços da cidade, a criação da ideia de vazio materializado por meio do abandono do poder público, intenciona apagar a história negra. A operação Porto Maravilha, nesse sentido, se apresenta de maneira incisiva desenhando uma política de branqueamento do território. Aos moldes Pereira Passos, as transformações arquitetônicas e urbanísticas seguiram padrões eurocêntricos, ao passo que apagavam a cultura negra. A luz da revitalização se daria pela praça parisiense, a Praça Mauá, ou pelo museu espanhol, o Museu do Amanhã, que esconde a memória negra, enquanto inventa um espaço *word class*.

PORTO MARAVILHA E A INTENSIFICAÇÃO DO PROCESSO DE BRANQUEAMENTO DO TERRITÓRIO

O movimento negro vem reivindicando, há muito tempo, o reconhecimento da Zona Portuária por sua história de matriz africana, de forma a dar visibilidade à cultura afro-brasileira fortemente presente nessa área. Desse movimento de luta, associado ao descobrimento do Cais do Valongo, encoberto ainda no século XVII, o movimento negro e outros movimentos sociais conseguiram imprimir algumas fissuras no projeto inicial do Porto Maravilha, modificando, ainda que desproporcionalmente, algumas ações do projeto. Uma delas é a criação do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana.

Ainda que cedendo a pressões sociais, a proposta se apresenta como um circuito estereotipado, que contempla apenas 6 pontos que apresentam um passado hegemônico que não corresponde nem às barbáries às quais os negros eram submetidos, nem às suas manifestações culturais. Quem percorre o circuito, por vezes só chega aos pontos mais próximos da área “luminosa” e quando o completa não consegue informações suficientes para entender a dimensão do que significa ter sido, aquela área, o maior porto de escravizados do mundo. Pesquisa realizada pela Rede de Pesquisa Passados Presentes²³ apresentam 18 pontos de importância para a memória da escravidão na Zona Portuária, dentre eles cortiços, casa de candomblé e casas de acolhida dos negros. Observamos, assim, a apropriação da cultura negra como forma de legitimar a operação naquele espaço, uma vez que não haveria como esconder totalmente o que ali há de latente. Por outro lado, há a redução espacial substancial da Pequena África.

O ponto importantíssimo de intervenção no projeto inicial é o “descobrimento” do Cais do Valongo. A proposta inicial para a rua Barão de Tefé era a abertura de uma grande avenida, conforme figura abaixo, mas com as escavações para obras de urbanização foram encontrados vestígio arqueológicos do período escravocrata. Esses achados impulsionam um discurso de “descoberta” do cais do Valongo. A palavra empregada pela gestão municipal dá duplo sentido, achar o desconhecido ou tirar o que o cobria. Fato é que sempre se soube de sua existência, o obelisco construído sobre ele é o marco de sua localização. A incerteza era sobre as condições originais do cais, mas vale lembrar que na proposta inicial das transformações da região não havia qualquer referência à memória da cultura afro-brasileira.



Figura 2: Projeto de intervenção inicial na rua Barão de Tefé. Fonte: Projeto Porto Maravilha.

No entanto, a partir do reconhecimento de artefatos históricos, o envolvimento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), de centros de arqueologia da UFRJ e dos grupos de resistências da cultura negra, principalmente pelas discussões geradas a partir do reconhecimento do Cemitério dos Pretos Novos a partir de 1996, o Cais do Valongo ganhou destaque internacional e foi incluído no projeto do porto.

As escavações reuniram um volume de objetos armazenados em sete contêineres. Cerca de 600 mil artefatos, 50% catalogados nos dois anos seguintes a descoberta. Tais artefatos ficaram indevidamente exposto na praça dos estivadores, conforme notícia abaixo,

²³ Constituída pelo Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (LABHOI/UFF) e pelo Núcleo de Memória e Documentação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (NUMEM/UNIRIO).



Figura 3: Abandono dos achados arqueológicos do Cais do Valongo. Fonte: Jornal O Globo, janeiro de 2013.

e em seguida transferidos a um galpão vazio, na região²⁴. Em 2017, o Cais do Valongo ganha da UNESCO o título de Patrimônio Mundial da Humanidade, reconhecimento que até então não houve por qualquer instância de patrimonialização nacional. O reconhecimento internacional deu novo impulso e visibilidade às questões da cultura negra, novo debate foi posto em pauta, mas ainda sem ações efetivas. Diversas propostas para um espaço de memória da Herança Africana estão em disputa: Museu da Escravidão pela gestão municipal atual, Museu do Valongo pelo IPHAN, Memorial da Diáspora Africana, pela Ação da Cidadania, Museu da Escravidão e Liberdade, pela UFRJ.

Além da desproporcionalidade na distribuição de recursos, conforme já observamos, de modo que muitos agentes culturais negros nunca receberam nenhum recurso efetivo, ou ainda, quando recebem, recebem em forma de negociação, como um balcão de negócios, com cerca de 3 milhões de reais oriundo dos 3% das CEPACs para o patrimônio cultural sendo gasto em pagamentos diversos²⁵. A falta de uma política cultural clara e democrática deixa muitos desses grupos em situação de vulnerabilidade, sem qualquer salvaguarda do patrimônio vivo. A vulnerabilidade se amplia diante do processo de mercantilização da cultura de um modo geral e, no caso da cultura negra, também numa releitura eurocêntrica, a partir da valorização da história do passado para fins de turistificação. As representações da cultura negra são sempre hegemônicas, sem a inclusão da pessoa negra, como se tal cultura fosse produzida por uma entidade sem materialidade, conforme vem sendo representadas nas capas da revista Porto Maravilha.

Essas representações acabam por intensificar um processo de apagamento da presença negra no território. Nesse sentido, as remoções aparecem também e mais uma vez como uma estratégia histórica de afastar o negro dos olhos estrangeiros, ou mesmo do novo perfil de morador que se deseja atrair para a área²⁶. As remoções seguiram no sentido de uma mudança na composição social da Zona Portuária, já que o discurso do projeto previa a recuperação da região como lugar de moradia, a partir de um crescimento populacional que foi estimado de 28 mil para 100 mil habitantes, com a construção de grandes edifícios, destinados à classe média.

²⁴ Em 2015 o Ministério Público Federal produz relatório sobre a vistoria dos galpões onde se encontrava o patrimônio arqueológico. E solicita assinatura de termo de ajuste de conduta entre o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) e IPHAN. Houve ainda a promessa de se fazer um laboratório aberto de arqueologia urbana nos galpões da Gamboa, fato é que o laboratório nunca foi criado e não há informações de onde nem do estado de preservação dos artefatos.

²⁵ Relatório de Gestão CDURP 1º Semestre 2017.

²⁶ Com o progresso, o pobre que sempre teve de solucionar por si a questão da moradia, recebe como resposta a constante periferação, empurrado, agora com programas de moradia popular e redes de transporte de massa precários para longe do centro que concentra as oportunidades.

As fortes pressões dos movimentos sociais também conquistaram o recuo das remoções na região. Mas ainda restou à essas áreas majoritariamente negras a militarização de seu cotidiano, como forma de controle que dê segurança ao novo perfil de usuário das áreas beneficiadas pelo projeto na região. Os movimentos de luta por direito à moradia apontam ainda o descompasso entre o recurso investido em uma função básica do Estado, prover moradia digna para a população que não tem acesso à mesma, reais necessidades nas áreas centrais de grandes cidades, como acontece no Rio de Janeiro, em contraposição aos gastos com o Museu do Amanhã. Com os 400 milhões gastos em sua construção, seria possível contemplar 3200 famílias pelo programa Minha Casa Minha vida, e vale lembrar que uma auditoria realizada pela prefeitura em 2017 aponta ter havido desvio de 112 milhões de reais de projeto de saneamento para as comunidades da região²⁷.



Figura 4: Representações da cultura negra na revista Porto Maravilha, que contou com 20 edições de 2009 a 2016. Fonte: Porto Maravilha.

Como vimos, com a transformação da força de trabalho em mercadoria, com o fim da escravidão, a eugenia funcionou como um projeto societário de marginalização da população negra e miscigenada, no qual a força de trabalho negra foi substituída pela branca europeia. Na Pequena África o trabalho ambulante foi fonte de resistência negra na área, remanescente dos escravos de ganho e escravos vendedores, que atuavam indo às compras, transportando lixo, vendendo costura, lavando e passando roupa, entre outros, o que muitas vezes lhes permitiam a compra de sua alforria, e que se perpetua até os dias de hoje com o sem-número de trabalhadores informais que ali ainda resistem.

“Escravos de ambos os sexos apregoam suas mercadorias em todas as ruas. Verduras, flora, frutos, raízes comestíveis, ovos, todos os demais produtos rurais, bolos, tortas, roscas, doces, presunto etc. passam continuamente pelas portas das casas. Se o cozinheiro precisa de uma-caçarola, logo se ouve o pregão de um vendedor de artigos de metal. Uma talha d'água se quebra e meia hora depois se aproxima o vendedor de moringas.” (EWBANK, 1973, p. 99 citado por BENCHIMOL, 1990, p. 31).

²⁷ Muitas dessas famílias são remanescentes do quilombo da Pedra do Sal, descendentes diretos dos escravizados ali estabelecidos. Reconhecido desde 1984 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC como Quilombo Urbano, tais famílias ainda lutam pelo seu direito àquela terra.

Como mais uma estratégia para limar a permanência negra na região portuária, a lei de vadiagem atualiza-se com o choque de ordem, como um instrumento de perseguição institucionalizada. É perseguindo tudo aquilo que perturba a ordem civilizada, o que foge da mencionada noção de “cidadão carioca”, o perigoso, sujo ou indesejado. Caso emblemático ocorre no Boulevard Olímpico com ações de policiamento que se alinham ao entendimento de cidadania da sociedade do consumo, de modo a repreender a presença de indivíduos fora daquele estrato social desejado para o consumo do lugar, sob o imaginário social dominante, que vincula moradores de favela e comércio ambulante a ações de violência urbana, intensificado no momento de jogos olímpicos. Observamos intensa repressão na atuação de vendedores ambulantes na região “luminosa” do projeto, vendedores esses que compõe parte da memória do lugar. Dentre as representações mais impactantes do “choque de ordem” está a matéria do O Globo que traz como manchete “desordem no Cartão Postal”, criminalizando a brincadeira que as crianças da região faziam bem antes da transformação da área.



Figura 5: Exposição “Ambulantes Ontem e Hoje”. Fotos: Fábio Carvalho e Marc Ferrez.



Figura 6: Matéria “Desordem no Cartão Postal”. Fonte: Jornal O Globo, setembro de 2015. Foto: Custódio Coimbra

CONCLUSÃO

A Zona Portuária do Rio Olímpico sob o signo do Porto Maravilha instaura profundas transformações no território. Operar a cultura como recurso legitimador, implica em disputas identitárias, que buscam ressignificar a história da região. A mobilização de elementos do “passado” e a redefinição dos “lugares de memória”, estimulam o processo de “branqueamento do território”, tornando evidente o racismo institucional que norteia a

produção das cidades. Nesse processo, emergem novas narrativas legitimadoras para instaurar os velhos processos de expropriação que invariavelmente, impactam a vida dos moradores da região, em sua maioria, descendentes dos negros escravizados.

A interdição do acesso à terra sempre foi funcional à perpetuação da opressão da população negra no Brasil. A Lei de Terras além de negar o acesso à terra por meio do trabalho, privilegiou os colonos europeus que seriam contratados como mão-de-obra. Nesse momento, negras e negros, cujos corpos foram apropriados como força de trabalho escrava, mas também como mercadorias passíveis de gerar crédito e rendimentos, perdem tanto seu “valor de uso”, quanto seu “valor de troca”, tornam-se descartáveis, pois a terra convertida em propriedade privada é tornada mercadoria, e como tal pode proporcionar crédito e lucro. A população negra e miscigenada conseguiu forjar custosamente uma solução de moradia nos cortiços localizados na região conhecida como Pequena África, que passou a atrair negros libertos de todo o país. Mas a cidade, modernizada aos moldes da sociedade industrial e ideais de embelezamento, não permitiu inserção da população negra, considerada fator de desvalorização pelos agentes hegemônicos, após o fim da escravidão e ao longo do tempo investiu em intervenções urbanas cujo objetivo era apagar as marcas e inibir mais uma vez a presença negra na região, já utilizando a remoção em massa como instrumento de poder.

As estratégias utilizadas nessa renovação urbano-cultural intensificam o processo e, portanto, evidenciam que as demandas que o capital impõe às cidades já não se resumem à produção, mas também à informação e à comunicação, que continuam atreladas à questão do acesso à terra. O Porto Maravilha implicou na remoção de aproximadamente 863 famílias, além disso, intensificou a repressão dos trabalhadores informais. A cor da pele dos “indesejáveis” é sempre preponderantemente negra. A expulsão do centro, desse modo, aqui caminha junto com o processo de branqueamento do território, no sentido material, e no apagamento da memória negra, no sentido simbólico. As remoções são novamente acionadas como estratégia para afastar a população negra dos olhos do público que se pretende atrair. Nesse contexto, é sintomático, ao mesmo tempo que não surpreende, o fato do Museu do Amanhã, monumento eurocêntrico de um “espaço luminoso”, despojar o “hoje” do Morro do Pinto, um “espaço opaco”, único lugar possível aos negros e negras que ganham a vida no centro da cidade.

O “branqueamento do território”, portanto não se efetiva apenas com intervenções espaciais. A repressão às expressões culturais, ora agenciada por opressão, ora por apropriação, permitiu, no passado, a consolidação de um projeto de eugenia por meio de um instrumental que criminalizou tudo que remetesse à cultura negra e indígena. Essa criminalização, opressão e apropriação, de forma velada, ainda perdura. Observamos atualmente uma intensificação no processo de branqueamento que opera também em termos de investimento e visibilidade das instituições “negras” frente aos demais equipamentos de cultura da região. A cultura conforma o instrumental do pertencimento, de modo que apagar ou esconder a cultura negra na região portuária é, portanto, negar o direito à existência naquele território.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otília. Uma Estratégia Fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002. (p. 11-74)

_____. Berlin e Barcelona: duas imagens estratégicas. São Paulo: Annablume, 2012.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (org.). De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

BRASIL. Dossiê de Candidatura: Rio 2016, Cidade Candidata. Vol. 1, Brasília: 2009.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS (RJ). Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CPCO-RJ, 2014.

COSENTINO, R; MONTEIRO, P. Rio 2016: projeto, orçamento e (des)legados olímpicos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2017, v.1. p.43.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

HOFBAUER, Andreas. Uma história de branqueamento ou o negro em questão. São Paulo: UNESP, 2006.

MASSEY, Doreen. “Um sentido global de lugar”. In: Arantes, Antônio (Org.). O espaço da diferença. Campinas: Papyrus, 2000.

_____. Pelo Espaço, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto história (10), São Paulo: Editora da PUC-SP, dezembro de 1993, pp.7-29.

NOVAIS, Pedro. Efeitos de teoria: o debate acadêmico sobre os projetos urbanos e a legitimação de novas formas de produção do território. In: DE OLIVEIRA, Fabricio L. de et al.; CARDOSO, Adauto L.; COSTA, Heloisa S. de M.; VAINER, C. B. (Org.). Grandes projetos metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. p. 24-45.

PEREIRA, J.C.M.S. À Flor da Terra: O Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Garamond: IPHAN, 2007

PINTO, João R. L.; NASRA, Lucas; SANTOS, Suzy. Quem são os donos da educação e da cultura no Rio de Janeiro? Os contratos entre a Fundação Roberto Marinho e a Prefeitura. Rio de Janeiro: 2016. (Relatório de pesquisa).

SÁNCHEZ, Fernanda. A (in)sustentabilidade das cidades-vitrine. In: ACSELRAD, Henri (Org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. (p. 155-176)

_____. A Reinvenção das Cidades para um Mercado Mundial. Chapecó: Argos Editora Universitária, (2ª. Ed), 2010.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SANTOS, Renato Emerson. Rediscutindo o ensino da Geografia: temas da Lei 10.639. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

SANTOS, Renato Emerson dos; Silva, Karoline Santos da; Ribeiro, Lisyanne Pereira; Silva, Naiara do Carmo. Disputas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: Reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo? Seminário Indisciplinar UFMG, 2017. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

SOUZA, Arivaldo S. (2011). Racismo Institucional: para compreender o conceito. In Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as). Vol.1, n. 3- jan 2011, 77-87.

SIMAS, L. Antonio. In. TEIXEIRA, C. Alexandre. Roda Dos Saberes. Associação Cultural Ilê Mestre Benedito de Angola, 2015.

VAZ, Lilian. A “culturalização” do planejamento e da cidade: novos modelos?. In: Cadernos PPG-AU/FAUFBA. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Ano 2, número especial, (2004) – Ana Fernandes, Paola Berenstein Jaques (Org.), Salvador: PPG-AU, 2004.

WANIS, Amanda; SÁNCHEZ, Fernanda. A Renovação “Urbano-Cultural” no Projeto Porto Maravilha: Matrizes Mobilizadas na Reinvenção da Área. In: Políticas Culturais para as cidades. Vol 2. Col. Cultura e Pensamento. Salvador: UFBA, 2018.

ZUKIN, Sharon. The Cultures of cities. 10ª ed. Oxford: Blackwell, 2006. [1995]